



2024

V.17

História da Historiografia

International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UNIRIO



UFOP



Dossiê

D

Tradições, temporalidade e narrativa na
historiografia chinesa

Special Issue | Traditions, Temporality and Narrative in Chinese Historiography





Gêneros de escrita da História: sua interpretação literária em diferentes momentos da produção historiográfica chinesa

Genres of writing History: its literary interpretation at
different moments in Chinese historiographical production

Luiz Gabriel Ribeiro Locks

lgabriellocks@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3105-8112> 

Faculdade de Administração, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.



Resumo

O presente artigo tem como seu objetivo pontuar diferentes formas de se escrever História no campo de estudos de História da China, com foco nas mudanças que a Escrita da História sofreu na longa duração, fornecendo referências para uma melhor compreensão do que Hui (2005; 2023) chamou de racionalidade histórica chinesa 'trans-sistêmica'. Em termos comparativos, enquanto intermédio entre o período moderno e contemporâneo, este texto privilegia duas fontes finais pela aproximação teleológica, sendo ambas pesquisas bibliográficas no tema de História intelectual chinesa do período Qing tardio ao início da República da China. Estas duas fontes são os textos publicados da Nova Historiografia, de Liang Qichao (1902) e o impresso Xin Qingnian (1915-1926 [Nova Juventude]), uma revista fundamental para a compreensão da disseminação das tendências intelectuais e ideias modernistas durante o início do século XX.

Palavras-chave

Historiografia chinesa. Filosofia da História. Modernização.

Abstract

The aim of this article is to point out different ways of writing History in the field of Chinese History studies, focusing on the changes that writing History has undergone over the long term, providing references for a better understanding that Hui (2005; 2023) has called 'trans-systemic' chinese historical rationality. In comparative terms, as an intermediate between the modern and contemporary epochs, this text promotes two sources by its teleological approaches, both are bibliographical surveys about Chinese intellectual History from the late Qing period to the beginning of the Republic of China. These two sources are the published texts of Liang Qichao's New Historiography (1902) and the printed publication Xin Qingnian (1915-1926 [New Youth]), a fundamental magazine for understanding the dissemination of intellectual trends and modernist ideas during the early 20th century.

Keywords

Chinese historiography. Philosophy of history. 20th century historiography. Modernization.



Introdução

A História, enquanto sinônimo para historiografia, trata-se do campo de estudos e dos acadêmicos da disciplina, dentro de seus entendimentos e metodologias. Para aperceber-se como História, a mesma História de um povo, de um conto, um relato, acerca de um patrimônio ou do que quer que seja, portanto, seja a natureza do seu uso e de sua prática de linguagem a matéria fortuita de estudo. (Aróstegui, 2006, p. 24, 26). E dela é a História que há a palavra ao invocada, não restasse dúvidas que — em nome de seu ato — reside a interpretação acerca de uma síntese e abstração histórica, voltando a atenção para um “terceiro” ponto (2006, p. 30). Como metáfora, nenhuma História existe se não contada, seja ela escrita ou falada — onde História da historiografia e uma história, no singular —, apenas se perpetuam quando depuradas, de modo que a análise da escrita histórica em si só pode dar-se enquanto fruto desta inter-relação.

A filosofia da história, como um campo de estudos, encontra-se multifacetada, e investiga a própria essência de como percebemos, registramos e interpretamos o passado — e, portanto, sua forma de estudo —, a História. Em sua fundamentação, examina as noções teóricas que orientam os/as historiadores/as em sua busca para entender, interpretar e, por fim, narrar eventos históricos. Um dos aspectos mais interessantes dessa disciplina é a exploração dos vários gêneros de Escrita da História, cada um oferecendo uma lente única por meio da qual o passado possa ser visto e analisado, o que imbrica no instrumental teórico-metodológico empregado. Desde o relato da história narrativa até a análise rigorosa da história analítica, bem como as especulações teóricas mais amplas da história especulativa, como possa-se chamar, esses gêneros não apenas moldam nossa compreensão dos fatos históricos, mas também influenciam a maneira como conceituamos a processualidade das sociedades e culturas humanas e suas diferentes mutações históricas (Hui, 2011, p. 165).

Ao investigar essas diversas abordagens, a filosofia da história fornece visões valiosas sobre as metodologias e as tarefas epistemológicas enfrentadas pelos/as historiadores/as, enriquecendo, em última instância, nossa compreensão tanto da própria História quanto das formas como ela é escrita, ou seja, seu produto final: o fruto da operação historiográfica. Tendo isto em mente, o presente artigo discorre sobre alguns gêneros de escrita da História selecionados dentro da filosofia da história, enquanto circunscritos à História da Historiografia da China, destacando suas distinções, bem como suas contribuições para nossa compreensão do passado.

Além disso, para ambos os casos, a interpretação metodológica aproxima-se da generalização que fez Li (2013, p. 34), ao dizer que “A Escrita da História significaria a construção de narrativas sob um empréstimo ou invenção de esquematizações conceituais, com o propósito



de racionalizar tendências atuais de necessidades e objetivos políticos.” Estas constatações, no entanto, limitam-se ao estudo da História da China no presente, posto que a obra de Li, *Reinventing Modern China* trata sobretudo do fim do século XX.

Além disso, faremos uso da obra de Shi-Xu (2014), em cujo cerne está a conformação dos Estudos dos Discursos Chineses (CNDA), onde também porventura está ancorado aquele recorte da História nacional chinesa chamado de “História Contemporânea”, concebido como o período que vai do 4 de Maio de 1919 (Ma, 1974; Chow, 1980, Forster, 2019; Doleželová, 2001), perpassa os eventos da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-45) até próximo de nossos tempos, em consonância com os eventos da Reforma e Abertura (1978-82) (Wakeman Jr. in Sachsenmaier, 201, p. 155). Somado a isso também residem explicações que adentram o século XXI, formando a “História Recente”.

A obra do autor sobre os discursos chineses, e aqui, para explorar aquele amálgama pretérita do significado de História é, sobretudo, pertinente à apropriação da História, à sua escrita e interpretação, conforme demonstrar-se-á adiante. Logo, a abordagem dada à História como fenômeno moderno pelos discursos presentes nas fontes da Xin Qingnian (1915-1926), em especial, e de alguns dos seus escritores e intelectuais orgânicos preambulares, portanto, também estão abarcados no escopo da presente investigação. A problematização da História do Estado-Nação, por sua vez, ancora-se na crítica proposta por Liang Qichao (1902).

Já enquanto país, a atual República Popular da China, que se converte hoje em um Estado-Nação de 74 anos de existência recente, no contorno do mês de outubro, quando se comemora em 1º de outubro, a “Nova China”. Um novo Estado, capaz de abarcar uma série de “povos” e idiossincrasias étnico-culturais, mas também de realidades, como de centros urbanos e dos campos; e mais, pós duas guerras civis no século XX, e mais outros conflitos que remontam ao século XIX, onde, de início, houve o que podemos atribuir como a narrativa fundacional que quedou o novo Estado-Nação chinês: o Século das Humilhações. (Scott, 1997, p. 22-28, 35-46; Shi Xu, 2014, p. 62) Que é, e não se difere aqui essa afirmação e nem das demais, diferentes visões, interpretações e perspectivas que tais escritas da História possam ter na História da China. Em consonância com o escrito de Vilhena de Carvalho (2017, p. 226), essa amalgama trans-sistêmica forma um quadro teórico complexo e forma uma História propriamente moderna e de características únicas chinesas.

Portanto, é acerca do discurso de como se deslocam as balizas temporais da fundação de um novo Estado-Nação que reside a motivação para o presente artigo: entender como se dá, ao longo da História chinesa, a construção da ideologia governamental, que ainda, paramentada na escrita histórica, serviu para redigir os contornos da memória coletiva, transmitida através de uma



longa tradição literária chinesa, bem como por último, essa sua função de basilar o poderio dinástico e posteriormente republicano encarnado da entidade abstrata que é a História, “como uma arma poderosa”. Não por menos, não se pode haver resposta para esse tipo de questionamento fora da História e da historiografia. Nessa senda, vale fazer uso de obras acessíveis ao Ocidente — sob traduções de obras sinológicas e/ou *in loco* chinesa, como aqui se pretende.

Para compreender o uso sinológico das obras aqui usadas, iremos de encontro ao apresentado por Hodge e Louie (1998, p. 16-18). Salienta-se ainda que a milenar tradição de narrativas chinesas será analisada, de modo a conferir sentido nessa explanação a servir no horizonte do discurso estatizante, como veiculador dos significados que perpassem a História. Além do mais, os termos e conceitos em língua chinesa seguirão a opção de redação por pinyin e com início sempre em maiúsculas, para melhor compreensão da audiência.

História na China

Agora, se pegarmos enquanto História da China veremos uma tradição de formação de Estados centralizados, independente da extensão territorial e/ou sensibilidade dos conflitos resultantes. Isso indica a aplicação de um método “racional” para estabelecer a possibilidade de formações dinásticas ao longo do tempo, e a História e sua interpretação como ferramenta política ativa para tal tarefa. Embora muitas dessas dinastias não tenham experimentado existências duradouras, suas influências persistem na longa duração. Na sua tese de doutoramento, Yi Xu (2022), destaca a importância da unificação Qin (221 AEC) para a formação étnico-cultural da civilização chinesa, sob os auspícios do conceito de “Hua” (2022, p. 4-5; Holcombe, 2020, p. 35-36). Nesse amálgama, gostaria de pontuar três termos que são frutíferos para a compreensão da mutação no tempo e no espaço vital chinês dessa entidade “transcendental” cuja História permeia as relações sociais, em vista de contrapor o verniz “moderno” que esse artigo prima; e são esses: Zhonghua Minzu; e Huaxia.

Zhong é o vocábulo chinês para “centro”, podendo ser entendido hoje na palavra chinesa que autodesigna a China, Zhong Guo, ou “Estado do Meio”. Conquanto Hua, que se repete em ambas as categorias, é uma das formas mais arcaicas de autorreferência literária ao próprio povo de cultura sínica e/ou chinesa, logo, os próprios chineses. Regido por essa série de interlocuções histórico-culturais que estamos a demonstrar, Minzu, que lemos através da lente de Wang Hui (2023, p. 10), identifica a emergência dessa categoria durante o período intermediário dinástico e o remonta às filosofias reificadas no período Song. Huaxia é um termo múltiplo (Guo, 2023, p. 47-48), que pode ser encontrado por vezes em períodos semelhantes, mas estabelece-se mais forte a partir do período Tang como uma outra forma narrativa de contraponto entre os súditos



celestes, ambientados cidadãos da lógica entre Céu-Terra, correlação especial para a filosofia chinesa, para com as sociedades de culturas diferentes daquelas dos Ritos de Zhou. Huaxia, uma autorreferência aos povos de cultura sínica que prezam os ritos de Zhou, das Sagas e das Dinastias pretéritas, também indica iluminação (Kroll, 2017, p. 167), cuja da qual encontraremos, a frente, sob uma nova reflexão do Movimento da Nova Cultura, do período moderno chinês.

Para Holcombe (2016, p. 12), o ideal de Huaxia estabeleceu uma unidade perdurável, extraterrena e/ou regional, que era possível referir-se a diferentes reinos pré e pós unificação. Além disso, tal conceito foi desenvolvido ao longo de todo interstício do período Zhou, como um sentido consciente aplicado à identidade. E tal, era dada pela oposição aos povos não-Hua, ou seja, não civilizados e/ou não agrários. (2016, p. 13, 39)

Outrora, essa memória histórica aplicável tem a ver com uma leitura ainda mais antiga das formações sociopolíticas chinesas, daquilo que convencionou-se chamar dos “Ritos de Zhou”, onde, fundada na esteira da celestialidade de Shang Di, referente a *quasi* mística Dinastia Shang, preconiza a primeira formação cosmogônica integral das civilizações chinesas progressas (AEC).

Essa unificação está presente na considerada “primeira narrativa” histórica, que faz parte do bojo de trabalhos literários com escrita histórica ou direcionada à História. Esse primeiro que mencionamos, trata-se das “Recordações Históricas”, ou Shiji (Bueno, 2013, p. 35-38) de Sima Qian (145-86 AEC), também conhecido como o “Grande Historiador”, um termo que não necessita aqui precisar-se pois, contudo, tratar-se-á de um termo mal apurado em tradução livre.

E, é dessa História de longa tradição de escrita histórica que envolve a China que prima o artigo. Estabelecer relações com a convergência de ideias remotas de “povo”, com a qual os ritos e as éticas se dedicam, desenhadas por seus mandarins ao longo de toda a História Intelectual e Cultural chinesa, que nos permite lidar a partir da perspectiva necessária para inferir as afirmações deste artigo.

Segundo Anagnost (1997, p. 2), jogar luz sobre o processo de formação da narrativa histórica que engendra a temporalidade muito particular do moderno Estado-Nação chinês. E que portanto, essa tentativa de capturar — e abrangendo — uma estratigrafia tão complexa dos díspares “tempos da nação” do passado recente, que tem como propensão essa nação — com a atividade do olhar continuado para trás —, a fim de enfrentar o futuro. O professor brasileiro e especialista em China, André Bueno (2015, p. 32), destaca que das compilações de escritos feitos por Confúcio (Kongzi), dois tratava-se de escritos tidos como “históricos”. Esses eram o Shujing, “Tratado dos Livros”, e o Chunqiu, “Anais do período das Primaveras e Outonos”. Esse último, renomeado com o período de interregno do escopo macrotemporal Zhou.



Segundo Bueno, o próprio Confúcio foi um historiador, por compilar arquivos e tomar anotações, onde, nesta última, surge a significação do termo para historiador na língua chinesa, Shi, pois seria aquele que toma notas.

Na primeira obra da quarta seção, que é chinesa, do compêndio de “Estudos Orientais”, de Kalinowski e Lagerway (2008), esses abordam a leitura ‘semirreligiosa’ de que a interpretação histórica era relevada nas primeiras formações sociopolíticas erigidas a algum aspecto de centralismo na pretérita “China”. Essa ideia é, resumidamente, contida a hereditariedade que é retratada, desde a dinastia Xia (2070-1600 AEC), passando Shang (1600-1046 AEC), e por Zhou e/ou Zhou ocidental (1046-256 AEC), para calhar na primeira revolução chinesa – assim como é conhecida atualmente a unificação Qin-Han, em 221 AEC. As datações aqui são baseadas no Projeto Cronológico Xia-Shang-Zhou, iniciado em 1996 pelo governo chinês e debatido pelos artigos de Lee (2002) e Li (2002).

Essas ordenações foram, e ainda são, determinantes para a formação sociopolítica e cultural chinesa. Assim sendo, para a definição mais clássica — a partir do Ocidente — que a História possui: *magistra vitae*. Essa leitura da História coaduna-se com a prática compilacionista de Confúcio que, ao selecionar e recortar materiais das obras supramencionadas, fez a seleção com tais literaturas que lhe foram acessíveis mais pela razão moral, aquilo que guiava a organicidade do Céu (Tian) com a humanidade (Terra, ou, Tu [Cheng, 2008, p. 39-40]).

Além disso, para Wang (2005, p. 16), a História também servia como fator de pertencimento cultural, na qual no Ocidente, a prática Historiográfica convencionou chamar de “memória”. Essa memória era a função prioritária dos *Shi*, os escribas anotadores, logo, os primeiros historiadores chineses (2005, p. 2, 9-10).

Essa concepção, ainda que restrita ao modo de pensar, fazer e interpretar a História localizada no Ocidente, ou em torno das costas mediterrânicas, coincide com o apontado por Bueno (2013, p. 36-37):

As Recordações Históricas envolvem diversos empreendimentos teóricos e metodológicos para a formulação de uma cronologia mais exata, que sustentasse uma periodização dinástica contínua. Inspirado em Confúcio, Sima queria fazer com que sua história fosse moralizante, mas ao mesmo tempo, calcada em referências que ele julgava as mais realísticas possíveis. Isso não era muito diferente do que o próprio Confúcio havia proposto, mas Sima Qian levaria essa proposta a um novo nível de refinamento, cuja complexidade iria influenciar toda a historiografia chinesa posterior.



Dentre o padrão de “forma” e retórica (Schaberg, 2002), que ao longo da obra supõe; envolvendo a história das inscrições em bronze Zhou, os oráculos Shang e ademais giram em torno de serem essenciais para a hereditariedade da História chinesa em seu período antigo, ou, na sua forma de História dinástica inicial. A *quasi* religiosidade da História para esse período na China, e para posteriores, seria também a escrita da História e a sua prática – a interpretação dela, subsequentemente – como a intervenção de um artefato celestial. No mesmo sentido, Duara (1997 p. 19, 28-29) destaca os estudos sinológicos e denota o entendimento destes autores sobre a História da China como forma narrativa histórica que assume seus próprios contornos metafísicos. Isso quer dizer, o passado que é tanto um qualificante de entendimento, como ora de explicação para a História. Algo que nos surge contemporaneamente deslocado, pois a História da Modernidade é autoconsciente e autolegitimizadora, portanto, o sujeito da História, o ser moderno, busca a realização da História através do Estado-Nação, com fins teleológicos. Isso quer dizer, na visão de Schaberg (2002, p. 30), que a autoridade da retórica literária das primeiras historiografias chinesas tem maior valor para o orador como interlocutor presente, e para sua recepção. Na forma de:

Entre o conhecimento e os fenômenos [históricos] está a retórica, o conjunto de hábitos que dá aos discursos escritos da historiografia grande parte de seu valor literário e autoridade intelectual. (...) como essas aplicações sempre ocorrem nos discursos, devemos examinar a retórica para ver como ela pode afetar o conhecimento que é transmitido. Essa retórica não é primordialmente uma arte de persuasão.

Assim passado adiante tal particular mecanismo literário, sua atividade é constante pela mobilização da memória, como destaca Schaberg (2002, p. 58-60). Para o autor, esse paradigma que envolve a memória é determinante para a assunção do discurso que, envolta essa *mimese* basilar da continuidade cultural chinesa “via” história, conferia legitimidade a qual memória seria preservada. Isso quer dizer:

A memória foi uma questão de atenção constante aos modelos passados e era designada pela palavra Nian. A natureza dessa atenção foi indicada pelo composto Jingnian, que acrescenta a noção de “continuar” ou levar adiante o conceito básico de atenção: pensa-se nas coisas para que essas coisas, que pertencem ao passado, possam ser preservadas no presente.



Para Arrault (2016, p. 31), que utiliza na análise um poema escrito durante o período Tang (812-813 EC), e contém as duas primeiras partículas da “estrofe” com esse termo e iniciam as duas primeiras colunas, assim destaca, que o termo equivale seja tanto no singular e/ou no plural a passagem do tempo, não-mensurável quantitativamente – apenas literal.

Este termo, Nian, que é considerado uma palavra geral no mandarim moderno, também se refere a ano na variedade escrita. O vocábulo, que acompanhado dos demais que conferem significado e contexto, forma aspectos temporais que também pode ser encontrado na revista que, em setembro de 1915, na sua primeira edição, chamou-se Qingnian (ou, Juventude). Chamando-se Xin Qingnian (Nova Juventude) a partir de setembro de 1916, no primeiro número do seu segundo volume.

Agora, onde tal partícula vocabular, de Nian, faça tanto sentido para o estudos dos discursos chineses, apropriados como históricos, por pensar “ao longo do tempo”, ou, como um vocábulo que dá sentido a uma entidade de tempo. Esse lugar onde o tempo se encontra na língua chinesa literária (aqui, escrita), a sua conjugação por tanto retrata qual o caráter da memória dada ao mobilizar uma tendência temporal que não seja linear no aspecto de se ver ao espelho do passado, mas sim, não-linear, que seja a representação e/ou interpretação quase que constante, quiçá por ora, traduzida como religiosa, que seja a visualização do fazer e escrever histórico na China ao longo de tantos períodos. Assim como proposto por alguns historiadores sinológicos, a exemplo do célebre artigo de Fitzgerald (1956), *Continuity in chinese history* e sendo tal disposto alertado por Hodge e Louie (1998, p. 7-13) sobre esse tipo de trabalhos científico-acadêmicos.

Retomando essa concepção do espelho refere-se a outra analogia da esfera que distingue a concepção do tempo para a formulação ideológica estatal, por fim dizer, sobretudo dinástica. Para o trabalho de Pamella Crossley (1999), que investiga a “ideologia” dinástica do último Da Qing (Grande Qing), além dos trabalhos de Rawski (1998) sobre a ritualística da Dinastia Qing, essa leitura de ‘espelho’ que Crossley (1999, p. 23) destaca na introdução de sua obra diz respeito a uma leitura diferente da expectada no Ocidente. A partir dos comentários de Taizong (598 – 649), segundo a reinar durante a Dinastia Tang (618-907), “Deve-se usar o bronze como espelho para alinhar as roupagens e os pensamentos; a antiguidade como espelho para entender a ascensão e a queda dos Estados; um homem como espelho para corrigir seu próprio julgamento”.

Essa ideia de fundamentação do status e moral para a regência política do Estado, sua particular dedicação que relegada a História durante um outro momento de reforma do estado, no limiar do período Song, em último ponto, também pode ser entendida como fabricante do sentido no memorando enviado ao imperador Shenzong (1048-1085) de Song por Sima Guang



(1019-1086). Este mandarim foi um historiador e funcionário municipal, apontado para produzir uma série de compilados históricos das dinastias e imperadores passados da China. Como parte integrante de uma elite, por volta de 1070. Na missiva, ele opunha-se à reforma do Estado, às relações com emissários dentre os povos “bárbaros”, à reforma militar (Barenghi, 2014, p. 3), dentre outros, como demonstra a obra de Pease (2021).

Ele também era opositor de Wang Anshi, ministro responsável pelas Xinfu, ou “Novas Políticas” levadas a cabo durante os períodos Song conhecidos como “Paz Serena” Xining (1068-1078) e “Abundância Superior” Yuanfeng (1078-86) (Hargett, 1987, p. 32-33). Para a autora, este mandarim contribuiu a um gênero de trabalhos detalhados, com caráter enciclopédico e concepção linear de tempo (Schirokauer in De Bary, 1999, p. 653). E tal rama ficou conhecida como Tongjian. Este gênero pode ser traduzido como “diário em reflexo (espelho)” ou “reflexo compreensível”, ainda, “Espelho para um bom governo” (Bueno, 2008, p. 94). Seu compilado com capítulos que narravam desde a primeira tentativa de unificação histórica da China, no crepúsculo do período dos Reinos Combatentes (500 AEC), possuía um caráter linear de tempo.

Além destes trabalhos de Tongjian, como mencionado, outros autores também escreveram e legaram obras similares. Coincidente aos trabalhos de Li Dao (1115-1184) e Yuan Shu (1131-1205), temos a abordagem linear da História, bem como o caráter compilacionista. E principalmente nessas, havia as lições sobre Dao diferindo-se da abordagem “oficial” que houve nas dinastias conexas do período elencado.

A oposição de Sima Guang à reforma de Wang Anshi se deveu à sua crença política e ao seu princípio básico, o Dao, que era diferente do de Wang. Wang acreditava que o Dao do ser humano era separado do Dao da natureza, mas baseado nele. O Dao da natureza tende a mudar, assim como o da humanidade. Entretanto, Sima acreditava que os dois tipos de Dao não podem ser separados. O Dao da natureza não muda, e o da humanidade também não deveria mudar. (Huang; Shang, 2022 *apud* Cheng, 1942)

Esses trabalhos do médio período Song têm como característica servirem de inspiração ao governo dinástico, onde basear a escolha do presente com referência nítida em uma interlocução linear do passado, e o é antes de tudo, manter em curso a transformação terrena de acordo com as vontades celestes. Isso é, para exemplificar, a maneira de aproximar-se constantemente dos ancestrais, não perder de vista esse quesito julgado importantíssimo para o reinado “justo”, daquele possuidor do Mandato Celeste (Tianming).



Conhecida tais obras por deterem um curso linear de narração, bem como da sua tarefa objetiva que a compilação narrativa detém, abre um novo gênero importantíssimo para a História da China. Esses, conhecidos como os primeiros a terem esse caráter, ainda estão distantes das abordagens historicistas/modernistas que a História da Historiografia chinesa possui.

Escrita da História por uma modernidade chinesa

Enquanto sabemos que o princípio fundacional que faz da História da Modernidade no Ocidente ser dado pela perspectiva dialética, como bem eis que racionaliza o tempo, visando impor determinações teleológicas a serem cumpridas. O Estado-Nação — enquanto conceito — se transforma no século XIX e passa a deslançar movimentos político-sociais e militares em todos os continentes que fossem parte do encadeamento do relacionamento com o norte atlântico ocidental no período. Esse desafio/tarefa se perpetuou às longas milhas náuticas desde sua origem.

Ao exemplo, o trabalho de investigação metodológica que Liang Qichao lança em 1902. *A Nova Historiografia*, do célebre reformista e historiador chinês, dentro do recorte do período Qing Tardio, é essencial para entender a mudança de curso da historiografia chinesa nos tempos recentes e na esteira da temporalidade de média duração. Liang cita os trabalhos de Tongjian do período Song e outro do primeiro século Qing (especificamente, século XVI [1645-1912]), tratando as obras como de um grande esforço de décadas por seus escritores, mas sem validade para a longa duração e da justificativa de sua permanência ao curso da História.

Para Liang, que faz segmentações em diversas obras de caráter literário-histórico na longa tradição chinesa, o autor chega a afirmar que “não havia História na China até então”. Seu esforço pode ser entendido como uma tentativa de fundar essa disciplina, sob auspícios positivistas e historicistas, repleto de cientificismos tão característicos de sua época. Além disso, outro marco do qual o autor bebeu foi o darwinismo social, que pode ser denotado em algumas passagens de seu ensaio, como a justificativa para a criação da disciplina histórica a serviço da competitividade dos “mais aptos”. Para nós nessa publicação, não invalidamos a investigação e as proposições de Liang, tampouco, as rebaixaremos como apenas “fruto de seu tempo”. Tomando a obra como proveitosa para entender essa primeira oposição didática das funções da escrita histórica, onde Liang teria uma posição e a frente, por demasiado, os jovens autores e intelectuais da Xin Qingnian também adotaram seus posicionamentos, a ver mais iconoclásticos.

Mas também os diferiram, como pode ser encontrado no artigo de Chen Duxiu, para o segundo número do segundo volume da Nova Juventude, em outubro de 1916, onde,



segundo Chen, Kang Youwei e Liang Qichao, em memorando ao primeiro-ministro chinês durante o início da República da China, aditavam-se a longa discussão que acontecia no parlamento chinês a época sobre a questão de adicionar o Confucionismo como religião de estado. A discordância dos dois intelectuais se dava pela refusa do parlamento em adicionar tal diretriz na Carta chinesa, algo que Chen chamou no seu artigo intitulado como “Refutação à carta de Kang e Liang ao primeiro-ministro” de “ninguém no sul ou no norte do nosso país apoia a medida”. Na mesma lida, Chen aponta 2 contradições: a primeira, que a adoração e o zelo pelo Confucionismo seria causa e efeito pela restauração monárquica, episódio que voltou à tona em dezembro de 1915 quando, o presidente Yuan Shikai, autointitulou-se Imperador Hong Xian; em segundo, a maior das contradições, na visão de Chen, seria comparável tal zelo pelo ensinamento Confuciano como uma autocracia defender George Washington e Jean-Jacques Rousseau.

Liang, no seu ensaio de 1902, divide a longa tradição historiográfica chinesa entre 10 tipos, com 22 subdivisões. Vem a calhar citá-las *en passant* para informar o leitor. O primeiro e segundo tipos seriam os Anais das dinastias, cada qual, como se sabe, sendo tradicionalmente escrito pela dinastia subsequente. Essa particular determinação conferia à dinastia seguinte, que por meio militar em muitas das vezes, tomava o poder de seus antecessores e fundavam uma nova dinastia. Decretar a compilação e a escrita da história dinástica pregressa atuava como fator de legitimidade frente ao Tianming (Mandato Celeste).

À frente, teriam os escritos de comentaristas e reflexões de estudos de mandarins pregressos, que hoje, são gêneros explorados para acessar textos que não chegaram aos nossos tempos. Havia ainda outros escritos dinásticos, tais quais éditos imperiais e compilados de ritos e cerimônias que cada dinastia outorgava durante sua governança. Outro gênero, de caráter mais subjetivo para Liang, era composto pelos escritos regionais de algum mandarim, que narravam a história de uma aldeia, como também as biografias e descrições detalhadas de eventos e acontecimentos, de maior ou menor relevância local. As demais categorizações realizadas pelo autor seriam algo da espécie intitulada de História Crítica, uma extensão do estudo de comentaristas, porém mais substanciais, e por último, estariam os trabalhos como “miscelânea”, que seriam trabalhos estudos contábeis regionais ou dinásticos, dentre os Yamen¹.

Ainda que, no dito impresso, não encontramos na fonte online, acessível e transcrita a qual ascendemos, que haja algum escrito que tenha tido tal envergadura crítica-analítica e

¹ Yamen, residência do literato-burocrata, ou mandarim, local onde medidas administrativas de recolhimento de impostos e judiciais, como um “tribunal de pequenas causas”, eram sanados. Para a jurisdição e funcionalidade desses magistrados no período Dinástico Tardio, ver: ANTONY, Robert J.; LEONARD, Jane K. **Dragons, Tigers and Dogs: Qing crisis management and the boundaries of state power in late imperial China**. Ithaca: Cornell East Asia Program, 2002.; NIMICK, Thomas G. The placement of local magistrates in Ming China. **Ch’ing shih wen t’i [Late imperial China]**, vol. 20, no. 2, p. 35–60, 1999.



metodológica como pretendeu-se o lançado por Liang. Portanto, ainda que brevemente contido, daremos atenção às seguintes passagens da revista, para entender o pano de fundo que orienta a leitura da História conforme escrita na gazeta. Porém, Liang e os autores da Xin Qingnian se aproximam daquilo que o autor exorta como a missão da Escrita da História:

Pois depois das centenas de milhares de obras nos armazéns da história as quais foram examinadas, nenhuma delas em seus conteúdos são capazes de auxiliar na realização desses desejos ou de nos dar o que buscamos. Infelizmente! Se o campo da história não consegue promover uma revolução, então estamos verdadeiramente sem esperança. De toda uma miríade de assuntos, isso é excepcionalmente importante. A tarefa de fazer uma nova história. (Liang, 1902 *trad*, p. 12)

Para além disso, e agora, nesta fundação histórica que se dá o Estado-Nação chinês do presente, socialista e quedado numa República Popular, este projeto nacional gestado em 1949, e que já se estende por sete décadas.

A vitória sagrada em 1º de outubro de 1949 pelas forças do Partido Comunista e de seus aliados estratégicos da época remonta sua genealogia à própria fundação do partido, em julho de 1921, no limiar da República da China. O fundador do partido e 1º secretário-geral, Chen Duxiu, havia ganhado proeminência nesse ramo político a partir de sua revista, aqui apresentada, e que nos anos anteriores angariou uma reunião de escritores e intelectuais de nova-ordem durante a primeira década da República (Locks, 2024, p. 102).

A Xin Qingnian (Ma, 1974) veio à público sob o nome, primeiramente, apenas de Qingnian (Juventude), em 15 de setembro de 1915. Publicada em Shanghai por Wang Mengzou, dono da livraria Yadong (movimento, em tradução livre), sendo produto do esforço da disseminação de ideias modernistas na China que já estavam em circulação, especialmente com os quadros exilados do Partido Revolucionário após a intentona conhecida como “Segunda Revolução” (1913). Cunhado esse nome à luz de ser uma decorrência, ou melhor, uma tentativa de aprofundamento da Revolução Xinhai, que se iniciou em 1911 e calhou na República provisional de 1912. Muitos dos quadros mais ativos e intelectualizados, como o próprio Chen, destinam-se a Tokyo após o desmantelamento da intentona revoltosa, e do arquipélago japonês, iniciam um empreendimento literário, a revista Tigre (Jiayin). Chen contribui para esta revista, porém, por impossibilidade, não se pode traçar digitalmente sua contribuição à revista de Du Yaquan, seu editor-em-chefe (Jenco, 2010). Chen também já havia contribuído em 1905 com o irmão mais velho de Mengzou, Xiyan, que desde a sua província natal publicaram o também breve impresso Fala Popular



“Anhui’nesa” (Anhui Suhua), província natal de ambos (Sun, 2019, p. 26-29). Seu destaque está já na publicação em Baihua, língua vernacular do chinês.

Retornado à China continental, Shanghai gozava de um simulacro de liberdades individuais devido às concessões estrangeiras em seu território. Chen então congrega intelectuais cuja trajetória assimilava-se à sua, e a ideia da revolução cultural, da mudança da matiz ideológica do país, torna-se a tarefa principal da revista. Em seu primeiro número, Chen escreve os artigos intitulados de “Para a Juventude”, “A França e a Civilização Moderna”. No primeiro artigo, que Chen secciona em 6 tópicos, ele busca uma efetivação da libertação chinesa, do progresso nacional sobre o prisma de alguns prognósticos defendidos por ele. Esses eram a busca da autonomia, que para ele seria o rompimento com a moralidade das virtudes e éticas da tradição confucionista, principalmente, a da Lealdade (Zhong), da Piedade Filial (Xiao), da Castidade (Jie) e da Integridade (Yi), contrapondo-as com a relação de mestre-escravo, a partir do prisma do filósofo alemão Nietzsche, concluindo que estas virtudes eram as virtudes do escravo. Isso quer dizer, ele via a História da Modernidade europeia como a História das libertações nacionais, ou seja, uma História do Estado-Nacional.

Além disso, Chen também defendia o progressismo sustentado pela Teoria da Evolução, coadunada ao Utilitarismo de John Mill e ao Experimentalismo de Comte. A prática científica era a “luz” que a modernidade chinesa precisava encontrar para escrever sua História Nacional naquele ínterim.

Os conceitos de Modernidade e Estado-Nação se relacionam pela articulação de exército nacional (pela defesa e soberania de um território contínuo), povo (como aspecto étnico-racial, diferindo-se de Minzu ou aspectos de Hua, antes apresentados), ademais, segundo Fung (2010, p. 8), deve-se levar em consideração a modo de produção capitalista e industrializado, uma identidade política e cultural de seus membros, logo, a sociedade civil. Nesse último auspício, calha-se a construção de uma apanhado sociocultural e filosófico que envolva aspectos Racionalistas e Iluministas. O exército é expresso na modernização feito pelo “Movimento de Autofortalecimento” (Ziqiang Yundong *in.* 1861-1895) da imperatriz Cixi (1835-1908). O povo pode ser visto na recentralização Han do fim do período Qing (1912), expresso na amálgama representada tanto pela bandeira da República da China com as 5 cores, sendo os 5 povos que a compunham. Hoje, são reconhecidas mais de 52 minorias no estado nacional da República Popular da China.

Outros artigos nos números seguintes também dão o tom da revista, como os escritos de Gao Yihan, as traduções de obras ocidentais e de literatos russos, bem como a coluna de assuntos estrangeiros, que reportava o conflito europeu da época (Primeira Guerra Mundial). Em janeiro



de 1916, ao quinto número do primeiro volume, Gao pinta um panorama daquela História Nacional que se visava construir, entrando em baila exortações similares as de Chen, editor-em-chefe, bem como daquelas feitas por Liang Qichao. Em “Autonomia e Liberdade”, a partir do filósofo inglês Bensaquet, em seu livro sobre a teoria do estado e a matização do indivíduo para o Estado, Gao defende o encadeamento da História Nacional e da realização das liberdades individuais. Segundo ele:

Do ponto de vista da história, é o Estado nacional (comunidade de indivíduos) que foi transmitido de geração em geração desde a fundação do país. Da perspectiva da humanidade, é a comunhão dos corações de todos os seres humanos. Os ritos, as leis, os costumes populares, a política, a educação e as artes são todos moldados pela natureza comum dos indivíduos. Eles são herdados de uma pessoa para outra e suas naturezas são contínuas e de continuidade. Eles são manifestados e registrados pela História. Mesmo no presente, não são entidades objetivas que possamos observar ou tocar. Portanto, a História é a manifestação da conexão entre nossa mente e a natureza. Logo, as condições nacionais são as características dessa marca imbutida em nossa mente e na natureza. O que está registrado no passado é a sombra (memória) da nossa mente e da nossa natureza. O que brilha no futuro é a luz da nossa mente e da natureza.

O que Gao está privilegiando é a afirmação da teleologia da História Moderna, construída pelos indivíduos, que no contemporâneo chinês do início da República da China, no começo do século XX, anseia por uma resposta às agressões imperialistas e assertividade da tarefa proposta por Liang, que seja, a construção da História Nacional. Chen, no artigo supramencionado, também usa da esquematização de Liang e aproxima-se de seu pensamento, principalmente na leitura sobre a História da China, na contabilidade que o autor propôs na “Nova Historiografia” da ocorrência de 24 dinastias ao longo da História da China. Para tal, Chen ainda exorta que a tradição de pensamento da civilização chinesa não poderia manter-se conservada no presente, pois isso causaria sua própria extinção, por não se adaptar ao século XX, no prisma da Seleção Natural.

A funcionalidade literária que a longa duração da permanência histórica de Wen (literatura, em chinês) na China carrega consigo foi alvo da reivindicação do movimento modernista da Nova Cultura que, segundo Wenston (1998), iniciou-se em 1913. Um dos conteúdos substantivos dessa corrente (Forster, 2019) foi a revolução literária, exatamente exortando a mutação na



funcionalidade da literatura para a História da China na modernidade. Além de Chen, um dos autores que inicia tais reivindicações é Hu Shi, que embarca no empreendimento da Xin Qingnian em 1916-17 (Guarde-Paz, 2017). Hu escreve um artigo intitulado “Discussão Preliminar sobre a Reforma Literária”, em janeiro de 1917, ao número cinco do segundo volume da revista, do qual este, onde prega por uma mudança na literatura chinesa, encarando a teleologia da modernidade e âmbito individual do ser-moderno como um dos traços que a Nova Literatura deveria abarcar. Além de destacar 8 medidas para a realização da reforma (Carvalho, 2020, p. 23-24), a espinha dorsal que levava à frente tal movimento de reforma literária foi destacada pelo autor em outro texto, com “Conceitos históricos da literatura”, ao volume seguinte da revista. No artigo, Hu defende que a aplicação teleológica da História por cada período seria a subjunção do seu tempo Histórico com a literatura daquela era, e para a modernidade chinesa, estaria a cargo da literatura vernacular esta novíssima mudança.

O vernáculo, ou, língua vernacular, seria etimologicamente a escrita da língua como seja sua forma oral. Sabemos que dialetos, gírias, sotaques alteram nossa percepção e marcam insígnias de nossas origens linguísticas. Isso quer dizer, para a língua Chinesa, que transcorreu milênios ‘cristalizada’ sobre Wen (literatura), enquanto as línguas populares e dialetos regionais caminharam em sentidos discrepantes. Segundo o próprio Hu, desde o período Song do Sul, os empreendimentos vernaculares de escrita já se faziam presentes, e o mesmo os reverencia. Mais além, tanto no períodos Yuan, Ming e, finalmente, Qing, essa tendência cresceu às margens conquanto cada Dinastia, com especial atenção às respectivas duas últimas, assumiram sua forma própria de re’ortodoxização’ da literatura.

Kaske (2008) demonstra o limiar das organizações e atores que atuavam pioneiramente na virada do século XIX para o século XX, utilizando só o Baihua como forma de política de linguagem. Porém, há uma pergunta subinscrita do porquê apenas durante o período da Nova Cultura, os empreendimentos literários dessa estirpe atingiram um maior público. O primeiro caminho para responder esse questionamento é a existência das comissões governamentais e associações que promulgavam compilações da língua chinesa, com viés a unificá-la como uma Língua Nacional. O segundo caminho seria a da confluência do incipiente movimento de massas chinês, na segunda década do século, com o movimento de vanguarda literária-linguística. Ambos, que aqui são privilegiados pela escolha da Xin Qingnian, atingiram seu ápice após a Conferência de Paris, em 1919, que selou a entrega dos antigos territórios alemães, derrotados na Primeira Guerra, para o Japão.

As exortações, os discursos presentes na “Nova Corrente”, representados pelo corpo de escritores da revista, culminou no protesto de 4 de maio de 1919, em Pequim. As repercussões



desse movimento, sua transcendência, é autoreferenciada pelo seu conteúdo tanto pela sua importância. Wakeman Jr. (*in*. 2012, p. 155) utiliza-se da literatura maoísta – e, leia-se ortodoxa (Vilhena de Carvalho, 2017 *apud* Li, 2012), ao contexto chinês, atualmente –, como a ponte que funda a transferência do período moderno chinês ao período contemporâneo.

Conclusão

Tendo em vista as discussões trazidas para esse texto, é importante denotar a longa tradição que a China possui com a Escrita da História, localizadamente. A filosofia da sua História, como critério que relaciona um ou mais entes, *quasi* místicos e sobre forma e retórica, como forma de suspensão da justificativa estatal pela organização da memória pública, organização da cultura e arregimentação de povos – que ao longo de toda história milenar chinesa se deu por essa vertente. Considerando os gêneros em seus contextos muito diferentes, a História submerge como um campo distinto que demais temáticas – ora literária, ora filosófica cosmogônica –, envolve a esteira dos acontecimentos de longa-duração na sua rica História e produz tradições epistemológicas e metodológicas que são frutíferas para ambientar o público brasileiro e ocidental de uma carga não-hegemônica, como aponta Shi-Xu (2014, p. 40), de produção de conhecimentos globais.

Como demonstrado segundo Wang Hui (2016, p. 51), a politização e articulação que a revista *Xin Qingnian* promoveu usando de interlocutora a reivindicação política em temas variados, mobilizava a história da China diferentemente do que Liang propunha. Liang e Kang haviam traído a república, já que ajudaram a pensar reformas e conciliações do estado dinástico. A *Xin Qingnian* promove o rompimento com essa herança, não só seu iconoclasmo e o darwinismo social defendido em seus primeiros volumes, mas também com sua forma e retórica, generalizando, o seu discurso histórico que promovia significados de “autodespertar” e patriotismo. A guerra mundial e renegação da autodeterminação chinesa colaboraram para selar o destino do país, especialmente dessa juventude que introduzia aos poucos interpretações político-sociais e reivindicações histórico-dialéticas muito diferentes das tradições que as precederam.

Outra demonstração desse artigo é a equiparação da História como ferramenta que possibilita o erigir de uma cultura no tempo, de um Estado-Nação na esteira da modernidade, e não o contrário. A relação causal não implica no rebaixamento de nenhuma das categorias dispostas para acomodar propósitos politizantes, mas na verdade, prima por demonstrar a indissociabilidade dessas formações terem na História tanto a sua legitimidade quanto sua participação, ao moldar



sua escrita à luz do presente que seus contextos refletem. Refletem, como fruto do seu tempo, mas também refletem como a analogia do espelho que a tradição dos historiadores iniciais e médios-dinásticos chineses cunharam.

Referências

- Nova Juventude**, 11 vols. no total. Acesso em: <<https://zh.wikisource.org/wiki/%E6%96%B0%E9%9D%92%E5%B9%B4>>. Acessado em: jun. 2024. Xin Qingnian, 12 vol., set. de 1915- jul. de 1926. Acessado em: <<https://archive.org/details/newyouthmagazine>>. Acesso em: 29 jun. 2024.
- ANAGNOST, Ann. **National past-times: Narrative, representation, and power in modern China**. Londres: Duke University Press, 1997.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. São Paulo: Edusc, 2006.
- ARRAULT, Alain. Les activités, le corps et ses soins dans les calendriers de la Chine médiévale (IXe-Xe s.). **Études chinoises**, vol. 33, n.º 1, p. 7–55, 2014.
- BARENGHI, Maddalena. **Historiography and narrative construction of the Five Dynasties period (907-960) in the Zizhi tongjian and its sources**. (Tese de doutorado). Venezia: Università Ca' Foscari Venezia, 2014.
- BUENO, A. Tempo e história na China Antiga. **Nearco**, n. 1, p. 25-43, 2013.
- BUENO, André Da Silva. Abolir o passado, reinventar a história: a escrita histórica de Hanfeizi na China do século III a.C. **História da Historiografia**, vol. 8, n.º 18, 2015.
- BUENO, André da Silva. Uma breve análise da historiografia clássica chinesa. **Revista Luminária**, v.1. 2008, p.92-103
- CHENG, Anne; TITTON, Gentil Avelino (Trad.) **História do pensamento chinês**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHOW, Kai-Wing. **The May fourth movement: intellectual revolution in modern China**. Harvard University Press: Cambridge, 1980.
- CROSSLEY, Pamela K. **A Translucent Mirror: History and Identity in Qing Imperial Ideology**. Berkeley: University of California Press, 1999.
- CROSSLEY, Pamela K. An Introduction to the Qing Foundation Myth. **Late Imperial China, Johns Hopkins University Press**, v 6, n 2, p. 13-24. 1985
- CROSSLEY, Pamela K **The Wobbling Pivot- China since 1800: An Interpretive History**. Chichester: Wiley-Blackwell & Sons, 2010.
- CROSSLEY, Pamela K; SIU, Helen F. e SUTTON, Donald S. (Org.). **Empire at the margins: Culture, ethnicity, and frontier in early modern China**. University of California Press, 2019.
- DE BARY, William Theodore. **Sources of Chinese tradition: Sources of Chinese tradition from earliest times to 1600**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1999.
- DOLEŽELOVÁ-VELINGEROVÁ, M.; KRÁL, O.; SANDERS, G. (Org.). **The appropriation of cultural capital: China's may fourth project**. Harvard University: Asia Center, 2001.
- FITZGERALD, C. P. Continuity in Chinese history. **Historical studies in Australia and New Zealand**, vol. 7, n.º 26, p. 136–148, 1956.
- FORSTER, E. **1919 – the year that changed China: A new history of the new culture movement**. Munich: De Gruyter Oldenbourg, 2019.
- FUNG, Edmund S. K., The intellectual foundations of Chinese modernity: Cultural and political thought in the republican era, Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- GUARDE-PAZ, César. **Modern Chinese Literature, Lin Shu and the Reformist Movement**. Singapore: Springer Singapore, 2017.
- GUO, Rongxing. **The Chinese Civilization Revisited: what do the ancestral voices and glyphs say?**. What Do the Ancestral Voices and Glyphs Say?. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Rongxing-Guo/publication/365853370_The_Chinese_Civilization_Revisited_What_Do_the_Ancestral_Voices_and_Glyphs_Say/links/64c64ea802881b555ba0795a/The-Chinese-Civilization-Revisited-What-Do-the-Ancestral-Voices-and-Glyphs-Say.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.
- HARGETT, James M. A chronology of the reigns and reign—periods of the song dynasty (960—1279). **The bulletin of Sung and Yüan studies**, n.º 19, p. 26–34, 1987.



- HODGE, Bob; LOUIE, Kam. **The politics of Chinese language and culture: The art of reading dragons**. Nova Iorque: Taylor & Francis Group, 1998.
- HOLCOMBE, Charles. Chinese identity during the age of division, Sui, and Tang. **Journal of Chinese history**, vol. 4, no. 1, p. 31–53, 2020.
- HOLCOMBE, Charles. **Una historia de Asia oriental: De los orígenes de la civilización al siglo XXI**. México: Fondo de Cultura Económica, 2016.
- HUANG, Winbin; SHANG, Wenji. Rediscussing the political struggle in the light of reform in late 11th century China under the view of digital humanities. [online.]. **Digitalhumanities.org**. Disponível em: <http://digitalhumanities.org:8081/dhq/vol/16/2/000613/000613.html>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- HUI, Wang. Trans-systemic society and regional perspective in Chinese studies. **boundary 2**, vol. 38, no. 1, p. 165–201, 2011.
- HUI, Wang. **The rise of modern Chinese thought**. Londres, England: Harvard University Press, 2023.
- HUI, Wang. **China's twentieth century: Revolution, retreat, and the road to equality**. London: Verso Books, 2016.
- JENCO, Leigh K. "rule by man" and "rule by law" in early Republican China: Contributions to a theoretical debate. **The journal of Asian studies**, vol. 69, no. 1, p. 181–203, 2010.
- KASKE, Elisabeth. **The politics of language in Chinese education, 1895-1919**. Leida: Brill, 2008.
- KROLL, Paul W. **A Student's Dictionary of Classical and Medieval Chinese**. Leiden: Brill, 2017.
- LAGERWEY, John; KALINOWSKI, Marc (Eds.). **Early Chinese religion**. part one: Shang through Han (1250 BC-220 AD). Leida: Brill, 2008.
- LEE, Yun Kuen. Building the chronology of early Chinese history. **Asian perspectives**, vol. 41, no. 1, p. 15–42, 2002.
- LI, Huaiyin. **Reinventing modern China: Imagination and authenticity in Chinese historical writing**. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2012.
- LI, Xueqin. The Xia-Shang-Zhou chronology project: Methodology and results. **Journal of East Asian archaeology**, vol. 4, no. 1, p. 321–333, 2002.
- LOCKS, Luiz Gabriel Ribeiro. **O polissêmico ideário dos jovens intelectuais "modernizantes": a Xin Qingnián no limite dos discursos nacionais e internacionais durante o início da República da China (1915-1920)**. (Dissertação de mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2024.
- ON-CHO, Ng; WANG, Edward. **Mirroring the past: the writing and use of history in imperial China**. Honolulu: University of Hawaii Press, 2005.
- PEASE, Jonathan O. **His stubbornship: Prime minister Wang Anshi (1021--1086), reformer and poet**. Leiden: Brill, 2021.
- RAWSKI, Evelyn S. **The last emperors: A social history of Qing imperial institutions**. University of California Press, 1998.
- SACHSENMAIER, D. **Global perspectives on global history: Theories and approaches in a connected world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- SCHABERG, David. **A patterned past: Form and thought in early Chinese historiography**. Londres: Harvard University Press, 2002.
- SCOTT, David. **China and the international system 1840-1949: Power, Presence, and Perceptions in a Century of Humiliation**. Londres: University Press, 1997.
- SHI, Xu. **A cultural approach to discourse**. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2004.
- SHI, Xu. **Chinese Discourse Studies**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.
- SUN, Myra M.. **Fictions of Authorship: Literary Modernity and the Cultural Politics of the Author in Late Qing and Republican China**. (Tese de doutorado). Columbia University, New York, 2019.
- WESTON, Timothy B. The formation and positioning of the new culture community, 1913-1917. **Modern China**, v. 24, n. 3, p. 255–284, 1998.



INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Biografia profissional

Possui graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Membro do Grupo de Estudos Africanos e Asiáticos (GEAFRAS-UFPR). Membro e diretor acadêmico do Grupo de Estudos sobre China (GECHINA) vinculado à Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília. Com experiência nas áreas de História Política Catarinense, Regimes Autoritários do Cone Sul, Esquerdas Revolucionárias, Modernidade do Leste-Asiático e afins.

Endereço para correspondência

Universidade de Brasília, Reitoria, Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas. Universidade de Brasília, Asa Norte 71966700 - Brasília, DF - Brasil.

Financiamento

Programa de Bolsas Universitárias de Pós-Graduação de Santa Catarina, mantido pelo Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior da Secretaria de Estado Educação de Santa Catarina

Agradecimento

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Otávio Luiz Vieira Pinto pelas contribuições que aditaram minha dissertação. E agradeço ao Me. Kauê Metzger Otávio pela revisão atenciosa ao texto.

Conflito de interesse

Nenhum conflito de interesse foi declarado

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica

Modalidade de avaliação

Duplo-cega por pares.

Contexto de pesquisa

O artigo deriva, em partes, da dissertação de mestrado em História “O POLISSÊMICO IDEÁRIO DOS JOVENS INTELLECTUAIS “MODERNIZANTES”: A Xīn Qīngnián No Limite Dos Discursos Nacionais E Internacionais Durante O Início Da República Da China (1915 – 1920)”, orientada por Prof. Dr. Otávio Luiz Vieira Pinto, na Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS-UFPR), defendida no ano de 2024. Acesso em: <<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/88589>>.

Preprint

O artigo não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

As fontes subjacentes ao artigo já estão disponíveis no repositório: Chinese Text Project “Zizhi Tongjian (1070)”, disponível em <<https://ctext.org/wiki.pl?if=en&res=638056&remap=gb>>; Revista Xīn Qīngnián (1915-1926) ,<<https://zh.wikisource.org/wiki/%E6%96%B0%E9%9D%92%E5%B9%B4>>. <<https://archive.org/details/newyouthmagazine>>.



Editores responsáveis

Rebeca Gontijo – Editora-chefe
Fabio Duarte Joly – Editor executivo

Direitos autorais

Copyright © 2024 Luiz Gabriel Ribeiro Locks

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Histórico de avaliação

Data de submissão: 30 de junho de 2024
Data de alteração: 28 de julho de 2024
Data de aprovação: 05 de agosto de 2024

